



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,  
raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia**

## **A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: CONTEXTO DE OPRESSÃO, PATRIARCADO E EXPLORAÇÃO**

**KARLA VIANNA AZEVEDO DE OLIVEIRA<sup>1</sup>**

**SARAH VIANNA AZEVEDO DE OLIVEIRA<sup>2</sup>**

**WIRLEN OLIVEIRA HENRIQUES FERREIRA<sup>3</sup>**

### **RESUMO:**

O estudo aborda a mulher no capitalismo, assumindo funções contraditórias, frente a situações de submissão de uma sociedade misógina. Com a industrialização, passou a ser explorada no mercado de trabalho, com a relação entre capital e trabalho como um processo de fragilização. Com a adoção de políticas voltadas para a sua proteção, é crescente a procura de serviços, por sentir-se ameaçada.

**Palavras-chave:** mulher. dominação. violência

### **ABSTRACT:**

The study addresses women in capitalism, assuming contradictory roles, faced with situations of submission in a misogynistic society. With industrialization, it began to be exploited in the labor market, with the relationship between capital and labor becoming a process of weakening. With the adoption of policies aimed at their protection, the demand for services is increasing, as they feel threatened.

**Keywords:** woman. domination. Violence

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Piauí

<sup>2</sup> Universidade Federal do Piauí

<sup>3</sup> Universidade Federal do Piauí



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## 1 INTRODUÇÃO

A décima edição da pesquisa Data Senado<sup>4</sup> revela que 30% das brasileiras foram vítimas de violência doméstica ou familiar causadas por um homem que apesar do avanço tecnológico e da globalização, marcas do mundo contemporâneo, ainda assim as mulheres são subjugadas aos valores de uma sociedade relevantemente patriarcal, sendo vítimas de violência doméstica.

O capital na sua relação de produção e reprodução corroborou e corrobora para manutenção deste pensamento de dominação e exploração: o homem assume uma função social de provedor da família vivendo no espaço público, enquanto a mulher é imbuída ao papel de mãe, dona de casa, convivendo nos limites do espaço íntimo e privado da família.

Diante disso, a inquietação sobre o motivo da violência contra a mulher, tema que repercute ao longo de gerações é o tema do presente artigo, utilizando-se de pesquisa bibliográfica, por meio de fontes primárias e secundárias, a fim de se chegar ao resultado da pesquisa, frisando que sua fundamentação teórica ancora-se no materialismo histórico dialético.

Apesar de todas as conquistas alcançadas pelos movimentos feministas, da ocupação de um espaço significativo pelas mulheres no mercado de trabalho, das políticas públicas voltadas para esse segmento, da criação de uma rede de proteção à mulher e da implementação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), bem como dos sucessos obtidos pela luta coletiva das mulheres, o sistema capitalista continua a aprofundar e redefinir a subordinação feminina com o objetivo de maximizar seus lucros.

O presente estudo inicialmente abordará a reprodução das relações sociais na sociedade capitalista e em seguida analisará a relação de dominação e exploração da mulher no ambiente privado, encerrando com as considerações finais.

## 2. REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Na sociedade capitalista, o capital é o elemento determinante da relação social, é nele que se dá a dinâmica das relações sociais, conforme menciona Iamamoto (2008):

---

<sup>4</sup> Disponível em

<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=pesquisa-estadual-de-violencia-contra-a-mulher-2024>. Acesso em 16/06/2024.

O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Neste processo se reproduzem, concomitantemente, as ideias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se produzem, encobrando o antagonismo que as permeia (Iamamoto, 2008, p.36).

Isso revela que as relações de produção perpassam para as relações sociais, tendo em vista que a produção é uma atividade social e conforme o nível de produção da sociedade, maior é o grau de desenvolvimento desta.

Nesse contexto, em que o capitalismo, para existir, depende de forças que são exploradas e forças que as explora, as relações sociais sugerem uma também uma relação de dominância e dominado, cuja regra define os papéis sociais dos indivíduos, incluindo os papéis de gênero. Para o sociólogo alemão Max Weber (2009), a dominação é um fenômeno social intrínseco a todas as sociedades e presente em diversas relações sociais.

Para este autor, as relações de poder legítimas são estabelecidas em uma esfera macropolítica definida por instituições fortes, como o Estado, ou em relações sociais baseadas em construções sociais duradouras, como a tradição. O sociólogo distingue, em sua obra, a dominação e o poder como fenômenos diferentes, porém pertencentes à mesma esfera, uma vez que: "a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas. Por isso, a dominação - que é legitimada pela aceitação - confere a autoridade a quem exerce o poder." (Weber, 2009 p.139).

É nesse espaço de ambiente de trabalho que se produz e reproduz as relações sociais determinantes no espaço doméstico. O capital que possui o monopólio dos meios de produção que compra a mão de obra da classe trabalhadora, desprovida das condições materiais necessárias à materialização do seu trabalho, exerce o domínio sobre este que para obter o lucro explora essa mão de obra.

Com isso, o próprio processo do capital é que cria valores sociais, como uma forma de sobrevivência e mascarar seu antagonismo. Ele se mostra necessário para a manutenção do homem ao oferecer postos de trabalho, mesmo em condições precárias, como uma forma de ajudar esse homem a manter sua casa e sua família, tendo em vista que esse não possui os seus próprios meios de trabalho precisando vender sua mão de obra para continuar a viver.

Dessa forma, iamamoto(2008) defende que:

A reprodução é a continuidade do processo social de produção, porém, uma continuidade que não se reduz à mera repetição é uma continuidade no decorrer da qual o processo se renova, se cria e recria de modo peculiar. As condições de produção são, portanto, as de reprodução. (Iamamoto, 2008, p.53)

Logo, a reprodução é um meio de reproduzir o capital, de produzir a mais valia, a qual aparece como rendimento produzido pelo próprio capital e não pelo trabalho. E isso vem sendo historicamente reproduzido nas classes sociais e legitimadas pela própria sociedade capitalista e nas relações sociais.

Com isso, numa sociedade capitalista aquele que mantém financeiramente um lar é que possui um valor social diante daquele que não consegue obter um rendimento. Esse valor estabelecido pelo capital é uma forma de produzir o exército de reserva conseguindo assim um excedente da mão de obra, pois muitos trabalhadores procurarão trabalho para desempenhar essa sua função social predefinida, além de buscar sua própria sobrevivência.

Dessa forma, o valor econômico a ser pago para essa mão de obra, conforme a lei da oferta e da procura será barata e assim a explorará a intenção de obter um maior lucro, segundo Iamamoto (2008, p.72), “a lei geral da acumulação supõe a acumulação da riqueza, monopolizada por parte da sociedade – a classe capitalista – inseparável da acumulação da miséria e da pauperização daqueles que produzem a riqueza como riqueza alheia”.

A partir dessa ideologia do capital são criadas as bases materiais para uma nova forma de organização da sociedade como meio de reprodução da dominação. Na sociedade capitalista, o desenvolvimento social está intimamente ligado à expansão das forças produtivas do trabalho social, ou seja, encontra-se em processo de recriação e negação, pois o mesmo processo que a recria, reproduz os seus antagonismos – luta de classes.

O cotidiano da classe trabalhadora é repleto de relações de exploração e, por lutar pela sua sobrevivência e toda essa carga é refletida nas suas relações sociais, em que essa exploração é repassada para sua companheira que vive no ambiente doméstico socialmente posto para a figura feminina.

Ao fazer paralelismo da exploração da mão de obra no ambiente de trabalho com o doméstico partindo do pressuposto que a mulher vista como ser dependente, que para se manter, submete ao domínio do seu companheiro que a explora sendo necessário a utilização de meios violentos – físico e/ou psicológicos – para o exercício desse domínio.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Nos anos 70, o capital entra em crise, o que o exigia respostas imediatas frente a essa crise levando a enfrentá-las de modo superficial e não na sua dimensão fenomênica – sem alterar as suas bases que são pilares no modo de produção capitalista, visando recuperar o seu ciclo reprodutivo, impondo o seu projeto de dominação societal.

Ao meio dessa crise, a companheira sentiu mais dependente tendo em vista a escassez de meios para sobreviver – postos de trabalho fechando – sujeitando ao domínio do seu respectivo companheiro que chegava mais cansado no ambiente doméstico após a exploração exacerbada da classe dominante. A acumulação de capital torna o centro na vida das famílias, ganhando relevância social, pois é acumulando bens que a família alcança determinada classe social – status social – e o papel da mulher nessa sociedade capitalista que no ambiente do lar não acumula capital, é minimizada, pouco valorizada, sofrendo preconceitos sociais.

Segundo Bruna Cristina Jaquetto Pereira (2021), esse período foi marcado por uma:

onda de questionamento à produção marxista, ao feminismo da segunda onda e ao pensamento sobre a raça, que consideravam, respectivamente, o capitalismo, o patriarcado ou o racismo como elemento explicativo único ou primordial de produção de diferença, desigualdade, exploração, dominação e opressão nas sociedades modernas (p.446).

Nessa relação exploração e preconceito que é trabalhado a questão social numa perspectiva política, econômica e social da autonomia, independência financeira, construção de novo projeto de vida, autoestima e proteção à mulher que muitas vezes sujeita a situações extremamente violentadoras, opressora e da falta de dignidade da pessoa humana.

### **3. A RELAÇÃO DE DOMINAÇÃO E EXPLORAÇÃO DA MULHER NO AMBIENTE PRIVADO**

A sociedade capitalista para sobreviver reproduz suas relações sociais a fim de manter seu *status quo* e a violência contra a mulher é fruto dessa reprodução de dominação. Essa violência não pode ser analisada apenas no campo privado, decorrente de conflitos interpessoais, pois remeteria a naturalizar o problema, o que reforça a dinâmica familiar fundada em relações de dominação – exploração, que para a autora Silva (1992) reforça ainda mais a violência.

A dominação masculina está presente desde a antiguidade sob o argumento de que a mulher seria uma extensão da natureza e o homem representante da cultura. Corrobora em uma

tradição extremamente machista e masculina desde que o homem apreendeu os processos de dominação da natureza (Sparemberger e Leal, 2012).

As discussões acerca das desigualdades entre homens e mulheres não são contemporâneas. Pelo contrário, dos gregos antigos até pouquíssimo tempo atrás acreditava-se que a mulher era um ser inferior na escala metafísica que dividia os seres humanos. Por isso, os homens constituíam-se como os detentores dos direitos de exercer uma vida pública e política.

Às mulheres destinou-se um lugar de menor prestígio social, seus direitos e deveres estavam sempre voltados à criação dos filhos e os cuidados do lar, portanto, para a vida privada, doméstica. Durante o século das luzes quem ponderasse a igualdade instituída pela Revolução Francesa para galgar espaços na vida pública teria como destino a morte certa na guilhotina. Muitas mulheres que ousaram reivindicar seus direitos de cidadania tiveram esse destino (Silva, 2010).

Segundo Sparemberger e Leal (2012), desde a Grécia Antiga, a mulher já era submetida ao papel de submissão aos seus “senhores” – pais, maridos e patrões –, afinal não possuíam o intelecto de um homem e haviam de se contentar com o que lhes eram dado, o que reforçava seu lugar de inferioridade. Os homens eram detentores do conhecimento e da política.

No contexto brasileiro, a história apenas se reproduziu e vem ganhando capítulos diariamente. Ao longo da história brasileira, a mulher era tutelada pelo homem, pois era vista como frágil, indefesa, dependente e serviente e essa visão era posta como se fosse algo inerente à figura feminina, sendo essa representação reproduzida a várias gerações. Com isso, o homem percebia sua companheira como sua propriedade, em que mantinha, protegia e tinha a “mais valia”, ou seja, se a propriedade apresentava todas essas despesas ela tinha um valor de troca no mercado e a mulher?

A mulher tinha seu valor de troca, sendo aquela que mais servia ao seu companheiro, que mais atendia suas necessidades domésticas é que teria maior valor. Segundo, Silva (1992):

As representações acerca da mulher, seja na relação familiar ou na sociedade, passam pelas concepções de fragilidade, dependência e submissão, que dão ao homem o direito de tutela sobre ela. Essa situação é frequentemente posta como se fosse uma questão inerente à natureza da mulher e não fruto de uma ideologia que tende a reproduzir uma ordem social única, baseada em relações de poder contraditórios (Silva, 1992, p.26)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Dessa forma, a violência é provocada a partir do antagonismo das relações entre as classes sociais e o que levam ao antagonismo das relações entre os gêneros masculino e feminino. A partir daí podemos identificar vários fatores que gera a violência contra a mulher, sendo um deles o modelo de sociedade brasileira, o patriarcado – homem detentor do poder a qual submete a mulher numa situação de dominação e exploração. Esse modelo perpassa por todos os modos de produção, sendo algo milenar, logo ele está imbuído com o modelo capitalista (dominação e exploração).

Destarte, Silva (1992) afirma que a relação capital e trabalho gerou o conflito social entre gêneros provocando a dominação do homem frente à mulher, tendo em vista que esse era explorado pelo capital e assim reproduzia essa exploração no seu ambiente doméstico.

Vale ressaltar que o patriarcado é anterior ao capitalismo, mas mesmo assim ele é consubstanciado pelo modo de produção capitalista que acirra a dominação e exploração na relação capital e trabalho por ser um reflexo dos moldes da sociedade e vice-versa, pois é nessa relação que se produz as relações sociais, econômicas e políticas.

Silva (1992) defende que na realidade empírica não se tem somente a presença de uma ideologia machista, acrescida de uma relação de uma dominante burguesa, que por sua vez, se soma à racista.

Além disso, a subordinação feminina, muitas vezes, é concretizada por crenças e valores imbuídas no cristianismo que influenciam homens e mulheres a permanecer nessa relação de subserviência em que as situações de violência, muitas vezes, são normalizadas e dadas como “direito do homem sobre a mulher”. Esse sistema de crença, geralmente, orientam como reação a um companheiro agressivo a oração e a espera para que Deus resolva as contendas de uma relação de violações cotidianas de direitos. É dessa forma que muitas mulheres permanecem por toda a vida em relações matrimoniais onde sofrem diversas formas de violência para manter a integridade da família. De acordo com Haidi Jarschel e Cecília Castillo Nanjarí:

Esta família de modelo patriarcal, proclamada como sagrada no Cristianismo, é a principal instituição através da qual as Igrejas Cristãs impõem e tornam vigentes suas doutrinas e práticas disciplinares, sobretudo no campo da moral sexual. Não é raro que mulheres casadas com homens alcoólatras e violentos, sejam aconselhadas por um padre ou pastor a ser pacientes, tolerantes e rezar para que estes homens se convertam em maridos carinhosos e responsáveis. É comum que se repita o seguinte ditado popular: ‘Ruim com ele, pior sem ele’. Aí está a ‘sagrada família’, que tem sido um lugar privilegiado do exercício da violência,

conforme mostram as estatísticas sobre violência doméstica. (Jarschel e Nanjarí, 2008, p. 2)

Assim, é evidente a complexidade do domínio simbólico, onde certos símbolos sagrados influenciam uma cultura de violência contra as mulheres e a subordinação feminina. Dessa forma, torna-se mais desafiador desconstruir valores, crenças e espiritualidade, justamente porque estão profundamente enraizados na subjetividade. É essencial compreender de forma mais aprofundada esses paradigmas e o quanto estão imersos na cultura em apoio a valores patriarcais.

A violência contra a mulher está intimamente relacionada ao patriarcado que surge em decorrência da sociedade capitalista. Esta se apresenta de forma mais contundente em seu estágio monopolista (Lopes, 2017). De acordo com Netto (1996), a idade do monopólio transforma expressivamente a dinâmica da sociedade burguesa: pois potencializa as contradições fundamentais do capitalismo já existentes no estágio concorrencial e as combina com novas contradições e antagonismos.

A violência contra a mulher está intimamente ligada ao patriarcado, que emerge como uma consequência da sociedade capitalista. Esta se manifesta de maneira mais acentuada em seu estágio monopolista (Lopes, 2017). Segundo Netto (1996), a era do monopólio altera significativamente a dinâmica da sociedade burguesa, uma vez que intensifica as contradições fundamentais do capitalismo presentes no estágio concorrencial e as une a novas contradições e conflitos.

Isso mostra que essa estrutura de poder possui uma base econômica, política e afetiva-emocional e religiosa que sustenta e reproduz os mecanismos de dominação e exploração e é a que faz a perpetuação da sociedade capitalista. Diante disso, se consolida a ideia de que as relações de produção não estão limitadas ao domínio público, mas que penetram no domínio privado, nas relações interpessoais, na esfera particular.

Oliven (1982) já afirmava que a “violência se constitui num mecanismo de dominação por parte das classes dominantes, ela se transforma cada vez mais numa estratégia de sobrevivência por parte das classes dominadas” (Oliven, 1982, p.17). E é nesse contexto de violência nas relações de produção que é reproduzido nas relações sociais, que coloca a mulher inferior ao homem por desenvolver atividades no espaço doméstico – arrumar casa, cuidar de filhos, cuidar do marido, cozinhar, passar, lavar etc – tendo em vista a sua capacidade natural de ser mãe e cuidar do lar que ela é desvalorizada, por não possibilitar a acumulação de capital.

A sociedade tem um papel importante nessa reprodução da representação da mulher, pois ela reforça o processo sociocultural quando dissemina a ideia de que é natural a mulher ocupar os espaços domésticos, pois é inerente a sua figura de mulher, bem como obedecer ao seu companheiro, aceitar suas imposições, tratamento desumano e/ ou desrespeitoso, já que é ele que sustenta a casa.

Nos anos 70, com a crise econômica, e o agravamento da questão social, houve uma flexibilização no mercado de trabalho em que acarretou uma precarização do trabalho, por haver uma diminuição nos direitos – estabilidade, horário, benefícios, valor real do salário-mínimo, entre outros – e uma diminuição nos postos de trabalho formais, conseqüentemente houve um aumento no trabalho informal, subemprego, dentre outros.

Dessa forma, reforçando o sistema de opressão, dominação e exploração, em que as desigualdades sociais acentuaram e as questões de violência que aconteciam na esfera privada/ doméstica.

Mesmo com as relevantes conquistas pelo direito das mulheres, as desigualdades entre os gêneros e a exploração do feminino persistem. Por exemplo, a ideia de que à mulher está destinado ao papel de mãe e aos trabalhos domésticos, seja esse ideal sustentado por construções sociais ou religiosas, ainda é um modelo de matrimônio de muitos lares brasileiros. A mídia, muitas vezes, consolida essa imagem da mulher ligada aos serviços domésticos e aos cuidados com a família, quando lança comerciais de produtos de limpeza, de alimentos, dentre outros e nas novelas elas estão representadas pela mulher ideal que cuida da casa e do cônjuge. Isso reforça no imaginário dos indivíduos a destinação natural de todas as mulheres aos afazeres domésticos e determina seu papel como dona de casa.

Assim a questão social ganhou proporções alarmantes e o Estado buscou novas estratégias de manter o seu controle. Uma das expressões da questão social que ganhou visibilidade foi a violência contra a mulher, que já existia, mas com essa crise levou para o espaço doméstico as vulnerabilidades da relação de trabalho as dificuldades econômicas de sobrevivência para a manutenção das forças produtivas, tornando esse espaço, um local violento em que a figura masculina transfere toda a pressão do mercado de trabalho (exploração) para o ambiente privado e a mulher, sua companheira, é vítima de toda esse processo, já que ela é vista como propriedade do homem, sendo frágil, indefesa e inferior ao homem tendo em vista que ela não produz a mais valia.

Diante disso, o Estado tomou algumas providências, criando medidas de proteção e de prevenção, em razão da necessidade de criar serviços voltados para esse segmento. É importante salutar, que o Estado Brasileiro ratificou compromissos internacionais em defesa da mulher, como a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW) e a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (Bélem do Pará, 1994). Segundo, a autora Taquette (2007):

A violência doméstica fornece as bases para que se estruturam outras formas de violência, o que produz experiências de brutalidade na infância e adolescência geradoras de condutas violentas e desvios psíquicos graves. Por tudo isso, pode-se asseverar que não haverá democracia efetiva e igualdade real enquanto o problema da violência contra mulheres não for considerado. (Taquette, 2007, p.96)

Posto isso, os organismos internacionais percebendo a importância de combater com essa expressão da questão social, bem como preservar a democracia dos países em desenvolvimento que estavam vivendo um aumento da crise econômica, a pauperização das classes dominadas, buscaram acordos internacionais de controle social a fim de manter o seu domínio econômico.

Percebe-se que a mesma base econômica, social e política que cria o antagonismo da relação capital e trabalho é a mesma que se coloca para proteção da classe trabalhadora mascarando, assim, a realidade da questão social e suas expressões.

A figura da mulher é discriminada no mercado de trabalho que se organiza de forma vertical suas relações, devendo obediência ao chefe que na maioria das vezes é uma função exercida por uma figura masculina, que aproveita do cargo de hierarquia superior, e a assedia nessa relação empregado e empregador, como também recebem rendimento menor do o do homem exercendo a mesma função que ela.

#### **4. CONCLUSÃO**

A sociedade capitalista sobrevive através da sua reprodução das relações de trabalho, em que o capital se renova com a compra da força de trabalho e o acúmulo da mais valia. Apesar das mudanças ocorridas no mundo capitalista, percebe-se a constante busca de novas estratégias para a manutenção desse modelo de produção, como a busca de novas necessidades, tendo em vista o esgotamento do modelo de proteção social que não supre as novas formas de pobreza, havendo um aumento do desemprego, colocando em questão esse modelo de produção.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Diante dessa crise, o capital se renova, bem como sua base de sustentação – capital e trabalho – e toda essas mudanças são refletidas nas relações sociais que é o produto desse contexto econômico, político e social.

Posto isso, as famílias em suas relações privadas (homem e mulher) sentirão o reflexo dessa relação de dominação e exploração das relações de produção ao qual fragilizará ainda mais a figura feminina que não acumula capital e não produz a mais valia sendo vista pelo homem como objeto que está posto para exercer sua função social de cuidar da casa, do marido e dos filhos.

Ao longo dos séculos, a mulher é ensinada para assumir esse papel inerente e biológico de ser mãe e cuidar do lar e da família, como o homem assume o papel social de protetor da família e provedor do lar. Com a evolução dos modos de produção o homem deixou de produzir – manufaturar – e passou a vender sua mão de obra com o advento das máquinas, da qual não podia competir.

Ao vender sua mão de obra, o homem, permitiu ser explorado pela classe dominante, e dessa relação capital e trabalho surge o antagonismo e a questão social, sendo uma das expressões dessa, a violência contra a mulher, que por ser dependente economicamente do homem que “traz” o sustento da casa, submete a tratamentos desumanos e desrespeitosos.

E a sociedade reforça esse comportamento ao discriminar a mulher que não obedece a seu companheiro, tendo um contexto religioso, social e histórico fortemente presentes nesse pensamento ideológico.

A baixa condição social e econômica da mulher favorece a perpetuação desse pensamento, em razão da sua necessidade financeira e social de não estar sozinha.

Cabe ao Estado, intervir nessa relação, com a implantação de políticas sociais resolutivas, no sentido de combater a cultura do patriarcado não submissão da mulher a um ambiente familiar violento.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 6ª ed. São Paulo-SP: Bom tempo, 2009.

IAMAMOTO, Marilda V, e CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 14ª ed. São Paulo-SP: Cortez, 2008.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

- OLIVEN, Ruben George. **Violência e cultura no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1982.
- PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, Marlise Vinagre. **Violência contra a mulher: quem mete a colher?** São Paulo-SP: Cortez, 1992.
- TAQUETTE, Stella R. (ORG). **Violência contra mulher adolescente e jovem**. Rio de Janeiro-RJ: Ed. UERJ, 2007.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009, vol. 1, p. 33., p. 139.
- SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes; LEAL, Jackson da Silva. **Desvelar a feminilidade da amazona ciborgue: a construção da alteridade**. O público e o privado, Fortaleza, EdUECE, n. 19, 2012.
- LOPES, Nirleide Dantas. **A Violência Contra a Mulher no Capitalismo Contemporâneo: opressão, exploração e manutenção do sistema**. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13. Anais... Florianópolis, 2017. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2018.
- SILVA, Sergio Gomes da. **Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher**. Psicologia ciência e profissão, v. 30, n. 3, 2010. Disponível em: Acesso em: 22 ago. 2015.
- JARSCHER, Haidi; NANJARÍ, Cecília Castillo. **Religião e violência simbólica contra as mulheres**. Fazendo Gênero 8, Corpo, Violência e Poder. Florianópolis. 2008. Disponível em: . Acesso em: 15 maio 2018.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. **Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade**. Civitas Revista e Ciência Sociais, v.21, p. 445-454, 2022.